

## Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 01/09/2016

- [Programa Mãe Legal promove encontro com entidades parceiras](#)
- [Índice de mães adolescentes varia até 166 vezes entre bairros paulistanos](#)
- [Com 111 audiências, Pai Presente dobra atendimento em Mato Grosso](#)
- [Justiça catarinense discute ampliar depoimento especial de crianças](#)
- [Exame simples teria evitado cegueira em 77 mil crianças no País](#)
- [Reviravolta - criança morta após ter tomado achocolatado pode ter sido envenenada](#)
- [Campanha estimula diagnóstico precoce do câncer infanto-juvenil](#)
- [Audiência pública debate modelo Família Acolhedora no Mato Grosso](#)
- [Olinda - MPPE convoca sociedade e autoridades para debater a execução de medidas socioeducativas](#)
- [ONU critica recrutamento de crianças para frentes de batalha no Iraque](#)
- [Criança Segura lança análise sobre o perfil dos acidentes com crianças no Brasil nos últimos 15 anos](#)

**Assunto: Programa Mãe Legal promove encontro com entidades parceiras**

**Fonte:** Tribunal de Justiça de PE

**Data:** 01/09/2016



A 2ª Vara da Infância e Juventude (VIJ) do Recife deu início a encontros com parceiros do Programa Mãe Legal, voltado ao aconselhamento de mães com o desejo de encaminhar os filhos à adoção. O tema da primeira reunião foi "Entrega de Crianças para Adoção: Práticas e Saberes". Cerca de 40 participantes compareceram ao evento, realizado no auditório da Coordenadoria da Infância da

Juventude (CIJ), localizada no Centro da Criança e Adolescente (Cica), no Recife. Um segundo encontro ocorrerá até novembro e incluirá os profissionais da rede de saúde.

Do primeiro encontro, participaram representantes do Centro de Referência da Assistência Social (Cras), do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas), das Casas de Acolhidas, dos Conselhos Tutelares, da Secretaria Municipal da Mulher, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, do Instituto de Assistência Social e Cidadania (Iasc), da Secretaria de Segurança, do Serviço de Atendimento à Mulher Vítima de Violência, do grupo da Igreja Católica e outras entidades.

O Programa Mãe Legal foi desenvolvido pelo Núcleo de Curadoria Especial e Proteção à Família (Nuce) da 2ª Vara da Infância e Juventude. De acordo com a coordenadora da unidade, Ana Cláudia Souza, os encontros têm dois objetivos: estreitar ainda mais os laços com os parceiros da rede; e orientar sobre a alteração no texto com a Lei 13.257/2016, que agora inclui a expressão "sem constrangimento" ao determinar como a mulher, que manifesta o interesse em entregar sua criança para adoção, deverá ser encaminhada para a Justiça.

"Vamos pormenorizar como deve ser esse encaminhamento e como evitar situações que possam causar constrangimento a essa mulher", diz Ana Cláudia. Para orientar os parceiros, o encontro contou com curador, assistentes sociais e psicólogas do Nuce, como facilitadores. Os participantes também receberam manual informativo do Programa Mãe Legal, folder e cartazes para divulgação.

O Mãe Legal procura acolher gestantes ou parturientes que manifestam o desejo de entregar o filho para adoção e evitar o abandono e a morte de recém-nascidos. O programa oferece às mães alternativas seguras e legais para que elas possam decidir sobre suas vidas e as de seus filhos. "Nos eventos, além da mudança legislativa, sempre trocamos ideias sobre as dificuldades na rede, a melhora dos procedimentos entre a Justiça e eles, sempre enfatizando que a nosso objetivo é garantir o direito de escolha da mulher em ser, ou não ser mãe", reforça a coordenadora.



Ana Cláudia exemplifica o direcionamento das ações ao contar que das 220 mulheres atendidas pelo Programa Mãe Legal desde o início de sua vigência, em outubro de 2009, 62% delas desistiram de entregar o bebê. Contextualmente, 84% das atendidas tem outros filhos e 92% não conviviam com o genitor da criança. "Na decisão de entregar ou de desistir da entrega da criança para adoção, o papel profissional do Nuce sempre é de coadjuvante, seguindo a orientação do juiz da 2ª Vara, Élio Braz. A autonomia da decisão das mulheres vem sempre em primeiro lugar", defende.

**Assunto: Índice de mães adolescentes varia até 166 vezes entre bairros paulistanos**

**Fonte: Agência Brasil EBC**

**Data: 01/09/2016**



O índice de mães adolescentes chega a variar 166,5 vezes nas diferentes regiões da capital paulista, segundo o Mapa da Desigualdade elaborado pela Rede Nossa São Paulo. Em Perus, na zona norte, 19,41% dos nascidos vivos em 2015 são filhos de mulheres com até 19 anos. Na Cidade Tiradentes, no extremo leste, o percentual é de 19,12%. No Jardim Paulista, na zona oeste, o índice é de 0,117% e em Moema, na zona sul, é de 0,57%.

Em relação à mortalidade infantil, a diferença entre os bairros com maior e menor índice é de 14,85 vezes. No Pari, entre a região central e a zona norte, a mortalidade é de 23,65 para cada grupo de mil nascidos vivos. No Parque do Carmo, o índice é de 19,2, segundo os dados de 2015. Em Pinheiros, foi registrada 1,59 morte para cada mil nascimentos e na Vila Leopoldina, também na zona oeste, 2,87 mortes.

O número de homicídios de jovens (entre 15 e 29 anos) variou 16,26 vezes, de acordo com os dados de 2015, excluindo os 11 distritos onde não houve registro de assassinatos nessa faixa etária. No Campo Limpo, na zona sul paulistana, foram 10,44 mortes para cada grupo de 10 mil habitantes. Em Guainases, zona leste, o índice ficou em 10,19 para cada 10 mil. Na Vila Mariana, zona sul, o índice é de 0,64 para cada 10 mil.

Na comparação entre os números da desigualdade verificados em 2012, início da gestão do prefeito Fernando Haddad, e os resultados de 2015, últimos dados disponíveis, foram verificados poucos avanços. Entre os 40 indicadores que abrangem áreas com saúde, segurança, cultura, esporte e meio ambiente, 21 tiveram melhora no período, cinco não se alteraram e 14 pioraram.

“Nesses três anos houve mudanças muito pequenas, quase que insignificantes, em relação ao retrato da desigualdade na cidade”, enfatizou o coordenador executivo da Nossa São Paulo, Maurício Broinizi. Porém, para ele, algumas ações adotadas pela administração municipal apontam para o caminho correto. “Os dados em si não mudaram substancialmente, embora exista uma tendência, com as políticas públicas implementadas nos últimos anos, a ter uma leve melhora de algumas regiões da periferia de São Paulo”, acrescentou.

## **Metas**

Essas medidas positivas se refletiram nas metas estabelecidas para o governo, que tiveram em várias áreas um bom nível de cumprimento. Entre os 123 objetivos estabelecidos para o mandato de Haddad, 19 foram superados dentro dos parâmetros estabelecidos, 42 foram completamente atendidos, em 14 o cumprimento alcançou mais de 75% do planejado, em 25, mais de 50%, em 17 o desempenho foi inferior a 50% e em seis, inferior a 25% ou igual a

zero. Pelo cálculo da Nossa São Paulo, o desempenho final da administração é de 78,96% até o momento, a quatro meses do fim da gestão.

“Onde houve algumas tendências de melhora no Mapa da Desigualdade foi por atuação das políticas públicas que estão no atual plano de metas”, ressaltou Broinizi sobre a importância dos objetivos colocados no início do mandato. Entre as áreas em que a prefeitura apresentou bons resultados, o coordenador da organização não governamental destacou os compromissos com a juventude, o acesso a equipamentos culturais e os programas que acolheram populações vulneráveis, como moradores de rua e usuários de drogas.

Para o secretário adjunto de governo da prefeitura, Weber Sutti, os números mostram que houve avanços, apesar das dificuldades de superar problemas que se arrastam por muitos anos na capital paulista. “Os problemas são históricos na cidade de São Paulo. O que o trabalho da Rede Nossa São Paulo Mostrou é que a desigualdade diminuiu. Há melhora nos índices. No caso da mortalidade, há melhora em todos os índices”, disse, ao destacar que a administração municipal tem investido preferencialmente na periferia como forma de contornar as assimetrias da cidade.

**Assunto: Com 111 audiências, Pai Presente dobra atendimento em Mato Grosso**

**Fonte: CNJ**

**Data: 01/09/2016**



Em Mato Grosso, a edição 2016 do Programa Pai Presente registrou 111 audiências nas comarcas de Cuiabá e Várzea Grande no último sábado (20/8). O número foi 98% maior que o alcançado no ano passado. Do total, 25 resultaram em reconhecimentos de paternidade espontâneos, 69 em exames de DNA e 17 em outros encaminhamentos.



Para a corregedora-geral da Justiça e presidente da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja), desembargadora Maria Erotides Kneip, o incremento resulta da modernização da Justiça e do aumento da credibilidade e da transparência do Poder Judiciário. “A Justiça moderna é aquela que se abre em acolhimento àqueles que precisam. Não é uma Justiça de braços cruzados e venda nos olhos, que espera ser tocada. O Pai Presente é um exemplo disso, uma ação de justiça social da qual não podemos abrir mão”, afirmou.

Apesar de cinco magistrados estarem com a pauta de audiências definida, houve procura acima do previsto de pessoas que não abriram o processo administrativo e compareceram espontaneamente ao mutirão, segundo a desembargadora.

Em Cuiabá, foram realizadas 75 audiências. A diretora do foro, Edleuza Zorgetti Monteiro da Silva, ficou responsável pelos casos que chegaram durante a tarde, sem agendamento, enquanto os juízes Ana Paula da Veiga Carlota Miranda, Alberto Pampado Neto, Bruno D'Oliveira Marques, Adair Julieta da Silva e Emerson Luis Pereira Cajango fizeram as audiências marcadas. Cerca de 30% resultaram em reconhecimentos espontâneos, taxa considerada positiva pela organização.

“Apesar de a iniciativa ser bem aceita todos os anos, neste ano a procura das pessoas foi surpreendente. Antes das 13h, já havia fila para atendimento. Muitas pessoas vieram voluntariamente”, explicou Edleuza.

**Cidadania** - Sete audiências foram realizadas com reeducandos, que foram conduzidos das unidades prisionais ao fórum, para participar do Pai Presente. As audiências com detentos foram conduzidas pelo juiz Bruno D'Oliveira Marques, que atua em substituição na 2ª Vara

Criminal. “Ter a sua filiação reconhecida e atestada em um documento oficial é algo que diz respeito à cidadania, à intimidade e à própria extensão da personalidade do ser”, defendeu o magistrado.

O Pai Presente foi realizado em todas as comarcas do estado, sob coordenação da Ceja e dos juízes diretores dos fóruns, com apoio de magistrados, servidores e voluntários. Também são parceiros do Poder Judiciário o Governo de Mato Grosso, por meio da Secretaria Estadual de Saúde, a Secretaria de Mobilidade Urbana de Cuiabá, a Procuradoria-Geral de Justiça, a Defensoria Pública Geral e as serventias do foro extrajudicial.

**Assunto: Justiça catarinense discute ampliar depoimento especial de crianças**

**Fonte: CNJ**

**Data: 01/09/2016**



A Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (Ceij) realizou, no último dia 19, reunião com representantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente a fim de tratar da criação de serviços especializados para oitiva, em processos judiciais, de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. O objetivo é avaliar a implementação do depoimento especial em âmbito estadual e refletir sobre possíveis medidas para a prática de modelos

interventivos mais humanos e adequados aos ordenamentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A medida atende recomendação do Conselho Nacional da Justiça (CNJ), que orienta os Tribunais de Justiça a criar serviços especializados para oitiva nos processos judiciais de crianças e adolescentes em situação de violência. Também envolve a questão da revitimização de crianças e adolescentes em audiências realizadas nos moldes tradicionais.

A reunião contou com a presença da desembargadora Soraya Nunes Lins e da juíza de 2º grau Rosane Portella Wolff, respectivamente, coordenadora e vice-coordenadora da Ceij; da equipe técnica da Coordenadoria; e do juiz Klauss Correa de Souza, precursor do depoimento especial na comarca de Braço do Norte. Acompanharam o encontro as psicólogas Leda Pibernat Pereira da Silva e Helena Berton Eidt, da Associação dos Psicólogos do PJSC; os assistentes sociais Gustavo Meneghetti e Fernanda Ely Borba, da Associação Catarinense de Assistentes Sociais do PJSC; além de Maria Dolores Thiesen e Juliana Lima Medeiros, representantes do Conselho Regional de Serviço Social - 12ª Região e do Conselho Regional de Psicologia - 12ª Região.



**Assunto: Exame simples teria evitado cegueira em 77 mil crianças no País**

**Fonte:** Diário de PE

**Data:** 01/09/2016



Cerca de 77 mil crianças de até 14 anos estão cegas ou têm deficiência visual grave por doenças oculares que, em sua maioria, poderiam ter sido evitadas. A estimativa é do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, que lança no sábado o livro *Prevenção da Cegueira e Deficiência Visual na Infância*, no 60.º Congresso Brasileiro de Oftalmologia, em Goiânia.

O estudo aponta para a retinopatia da prematuridade, catarata, toxoplasmose e glaucoma congênito como as principais causas da cegueira infantil. Em todos esses casos, o diagnóstico e a intervenção precoce podem reduzir o dano ou evitar a cegueira. A essas já causas já conhecidas, estudadas pelos médicos, somam-se ainda as sequelas da infecção por zika na gravidez.

O problema é que não há uma rede de atenção estruturada, em que os pais recebem encaminhamento para o especialista, após identificado o problema, aponta a oftalmologista pediátrica Andrea Zin, uma das coordenadoras da publicação e pesquisadora do Instituto Fernandes Figueiras (IFF), ligado à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Nem mesmo o diagnóstico é garantido - o Teste do Reflexo Vermelho, conhecido como Teste do Olhinho, que permite identificar se a criança tem algum problema de visão, só é obrigatório em 16 Estados e no Distrito Federal.

"A visão exerce papel importante no desenvolvimento geral. Quando você intervém precocemente, evita que crianças sejam desnecessariamente cegas. Mas o teste do Reflexo Vermelho, que é de triagem, não é uma lei federal. Você tem dez Estados em que essa questão não está regulamentada", afirmou Andrea.

Em alguns casos, como o da catarata congênita, a criança precisa ser operada nos primeiros três meses de vida para evitar a cegueira. Em outros, como a retinopatia da prematuridade, o tempo é ainda mais exíguo - o médico tem até 72 horas depois de identificado o problema. A retinopatia afeta bebês prematuros em que vasos sanguíneos dos olhos cresceram de forma irregular e podem acabar forçando o descolamento da retina, o que leva à cegueira irreversível. Quando há esse crescimento irregular, é preciso fazer uma cirurgia a laser para retirar esses vasos.

Foi o que aconteceu com Gabriel, de 4 meses, nascido na 24.ª semana de gestação, com 614 gramas e 30 centímetros. Internado no IFF, passou por 16 exames até que o crescimento irregular dos vasos pudesse ser identificado. A cirurgia ocorreu a tempo. "Levei um susto quando a médica disse que ele poderia ficar cego. Fiquei com medo de deixar fazer a cirurgia



e ao mesmo tempo que ele ficasse cego. Mas deu tudo certo. Ele vai ter acompanhamento e talvez tenha de usar óculos", disse a dona de casa Tássia da Conceição Marques, de 20 anos.

Tássia vive em Carmo, cidade serrana a 190 km da capital fluminense, e foi encaminhada para o IFF. "Existem bolsões de assistência, como Rio e São Paulo. Mas é preciso estruturar a rede pública, pois o pediatra não sabe para onde encaminhar a criança", disse Andréa.

### **Zika**

Segundo a especialista, a zika será causa importante de cegueira infantil. O IFF tem programa de pesquisa para acompanhar 1 mil crianças cujas mães contraíram zika, mesmo que os bebês não tenham microcefalia. A médica tem encontrado alterações no nervo óptico que podem levar à cegueira. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

**Assunto: Reviravolta - criança morta após ter tomado achocolatado pode ter sido envenenada**

**Fonte: Diário de PE**

**Data: 01/09/2016**

## DIÁRIO de PERNAMBUCO



**Prisões podem levar à inocência da fabricante do achocolatado**

Dois homens foram presos em Cuiabá na manhã de hoje suspeitos de envolvimento na morte de uma criança de dois anos na semana passada. O menino morreu uma hora depois de ter tomado um achocolatado. Acredita-se que o produto tenha sido envenenado, de acordo com a Delegacia Especializada de Defesa da Criança e do Adolescente (Dedica). Segundo a família da vítima, a bebida foi dada por um vizinho.

Segundo a versão da Polícia Civil, Adones José Negri, de 61 anos, teria colocado na caixa de achocolatado um veneno usado para matar ratos. Já Deuel de Rezende Soares, de 27 anos, teria furtado a bebida de um mercado. Eles ainda prestarão depoimento à polícia. O laudo apontando se houve

ou não envenenamento ainda não foi divulgado pela Polícia Civil. O produto foi encaminhado para análise em laboratório.

Após a morte do menino, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou o recolhimento de um lote do achocolatado Itambezinho e proibiu a comercialização do produto por 90 dias em todo o Brasil. Em nota, a Itambém respondeu que análises laboratoriais internas não identificaram qualquer problema na composição do produto do lote suspenso e que estava à disposição para colaborar com as investigações.

### **Relembre o caso**

A Polícia Civil abriu inquérito para investigar a morte da criança a partir de uma denúncia feita pela mãe na Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP). A mulher, de 28 anos, contou que o filho tomou o achocolatado, da marca Itambé, por volta das 9h, na casa da família e passou mal minutos depois. No depoimento, os pais afirmaram que a família ganhou o achocolatado de um vizinho e que a embalagem estava fechada. A mãe ainda declarou que ela e um tio da criança chegaram a ingerir a bebida e também passaram mal. O menino foi encaminhado à uma policlínica de Cuiabá com parada cardiorrespiratória e morreu na unidade.

**Assunto: Campanha estimula diagnóstico precoce do câncer infanto-juvenil**

**Fonte: Diário de PE**

**Data: 01/09/2016**



Para estimular a prática do diagnóstico precoce do câncer infanto-juvenil, principal ferramenta de prevenção e combate à doença, o Grupo de Ajuda à Criança Carente com Câncer Pernambuco (GAC-PE) lança a campanha Setembro Dourado. Com o slogan "Fique Atento: Pode ser Câncer" traz como novidade este ano a capacitação dos professores da rede municipal de ensino do Recife.

Profissionais de mais de 300 escolas vão conhecer os sinais e sintomas que alertam para suspeição de diagnóstico precoce. "A ideia surgiu pelo fato de sabermos que as crianças passam, em média, um terço de suas vidas na escola. Então, caso os pais não percebam algum sintoma, os professores e coordenadores são o segundo grupo com mais chance de perceber esses aspectos nos alunos", explica a presidente do GAC-PE, Dra. Vera Morai.

A iniciativa conta com a parceria do Centro Acadêmico de Vitória (UFPE) e marca o Setembro Dourado, mês de conscientização sobre o combate ao câncer infanto juvenil. A campanha também vai preparar os professores para a temática a ser abordada com os alunos em sala de aula.

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA), no Brasil, o câncer já representa a primeira causa de morte (7% do total) por doença entre crianças e adolescentes de 1 a 19 anos, para todas as regiões. Estima-se que ocorrerão cerca de 12.600 casos novos de câncer em crianças e adolescentes no país por ano, em 2016 e em 2017. As regiões Sudeste e Nordeste apresentarão os maiores números de casos novos, 6.050 e 2.750, respectivamente, seguidas pelas regiões Sul (1.320), Centro-Oeste (1.270) e Norte (1.210). Para tentar reverter esse prognóstico, as instituições trabalham na divulgação dos principais sinais e sintomas do câncer infantojuvenil.

**Assunto: Audiência pública debate modelo Família Acolhedora no Mato Grosso**

**Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude**

**Data: 01/09/2016**



O Poder Judiciário de Mato Grosso promove, nesta sexta-feira (26/8), audiência pública para debater a Família Acolhedora, um modelo de acolhimento que propicia atendimento em ambiente familiar, garantido atenção individualizada e convivência comunitária, permitindo a continuidade da socialização da criança. A audiência é realizada no espaço Justiça, Cultura e Arte Desembargador Gervásio Leite, na sede do Tribunal de Justiça, desde as 8h30.

Toda a comunidade está convidada a comparecer ao evento que pretende ouvir opiniões, considerações, sugestões, críticas e esclarecer dúvidas sobre o acolhimento familiar. Segundo a corregedora-geral da Justiça e presidente da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja), desembargadora Maria Erotides Kneip, as ações desenvolvidas nos últimos meses apontaram para a necessidade de retirar as crianças do acolhimento institucional e colocá-las efetivamente no convívio familiar.

“Temos trabalhado muito na aceleração dos movimentos judiciais e na prolação da destituição do poder familiar. Mesmo assim, enquanto isso não se efetiva, vemos a necessidade de colocar essas crianças e adolescentes dentro de uma família”, afirmou.

A desembargadora explica que, no acolhimento familiar, as famílias recebem uma ajuda financeira do município para cuidar de uma ou mais crianças por um determinado período, enquanto elas não forem definitivamente para uma família substituta ou retornarem à família de origem. “É uma iniciativa que ameniza as graves consequências do acolhimento institucional como transtornos psicológicos e psiquiátricos”, enfatizou a magistrada Maria Erotides.

**Meta ousada** - Conforme a corregedora, o objetivo é implantar o serviço nas 79 comarcas do Estado até dezembro de 2017. “É uma meta ousada e nós vamos discutir na audiência de que forma conseguiremos isso. Queremos ouvir opiniões para saber se estamos no caminho certo e se podemos melhorar a forma de implementação desse programa. Todos, especialmente aqueles que compõem a rede de proteção, serão muito bem-vindos”, acrescentou.

Para o juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça de Mato Grosso (CGJ-MT) Luiz Octávio Saboia, a participação da sociedade é fundamental na medida em que a audiência pública é um instrumento de construção de políticas públicas. Ele explicou que o primeiro passo para a instituição do serviço de família acolhedora foi dado em maio deste ano, durante a realização do Seminário da Infância e da Juventude.

“Convidamos o juiz Sérgio Kreuz para apresentar o trabalho realizado em Cascavel, no Paraná, que para nós é referência em todo o Brasil. O segundo passo foi a visita de uma

equipe de magistrados à cidade e às famílias participantes. O terceiro foi a capacitação de técnicos da Ceja e das comarcas com a coordenadora do programa no Paraná. Nossa intenção é fechar todo esse trabalho preliminar com a audiência pública”, contou.

**Organização** - Para fechar os últimos detalhes da organização da audiência pública, servidores do Poder Judiciário se reuniram na tarde desta segunda-feira (22/8), no gabinete da CGJ-MT, com a corregedora Maria Erotides Kneip.

**Assunto: Olinda - MPPE convoca sociedade e autoridades para debater a execução de medidas socioeducativas**

**Fonte: Ministério Público de PE**

**Data: 01/09/2016**



Com o intuito de promover debate com autoridades públicas e a sociedade sobre a execução de medidas socioeducativas em meio aberto na cidade de Olinda, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) convoca audiência pública para o dia 20 de setembro, às 9 horas. O encontro será realizado no auditório da sede das Promotorias de Justiça de Olinda, na avenida Pan-Nordestina, 646, Vila Popular, Olinda.

Foram convidados a participar da audiência pública representantes do MPPE; o juiz da Vara da Infância e Juventude de Olinda; o prefeito de Olinda, Renildo Calheiros; o secretário municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos, Humberto de Jesus; a representante da Secretaria estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, Suely Cisneiros; e demais entidades como a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), Câmara de Vereadores de Olinda e Conselho Tutelar de Olinda.

De acordo com a programação divulgada, os primeiros a falar serão os representantes dos órgãos públicos convidados. Em seguida serão ouvidas as exposições dos cidadãos que se cadastrarem previamente em uma lista, que será afixada na porta de entrada do auditório. Depois serão concluídos os debates e os presentes vão definir estratégias e providências a serem adotadas para melhorar o atendimento socioeducativo em Olinda.

**Assunto: ONU critica recrutamento de crianças para frentes de batalha no Iraque**

**Fonte: ONU**

**Data: 01/09/2016**



A chefe humanitária das Nações Unidas no Iraque expressou na quarta-feira (31) profunda preocupação com informações de que meninos estão sendo enviados para áreas próximas às frentes de batalha, possivelmente para se unir a grupos armados que combatem a organização terrorista Estado Islâmico.



**Crianças brincam em playground no campo de refugiados de Debaga, na província de Erbil, no Iraque**

“Envolver crianças no conflito é totalmente inaceitável”, disse a coordenadora humanitária da ONU no Iraque, Lise Grande, em comunicado à imprensa emitido pelo Escritório das Nações Unidas de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), expressando preocupação com informações sobre o recrutamento de crianças em ao menos um campo de refugiados no país.

“Nada é mais importante do que garantir a segurança de civis durante o conflito”, acrescentou. Grande também alertou que centenas de milhares de civis precisarão de proteção e assistência, dado que a batalha para retomar Mosul, a segunda maior cidade do país, deve começar em breve.

Lembrando que as leis internacionais proíbem todas as partes de recrutar menores ou utilizá-los em hostilidades e que isso requer que as partes garantam a proteção de civis e permitam a eles deixar as zonas de conflito com segurança, Grande disse: “sob nenhuma circunstância os civis podem ser usados como escudos humanos”. “Isso viola todos os princípios da humanidade”.

O comunicado acrescentou que atores humanitários no país emitiram um apelo em julho, pedindo 284 milhões de dólares para preparar uma resposta em Mosul. O apelo ocorre em contextos de desastre iminente que requerem uma resposta coordenada para além da capacidade de governos ou de somente uma agência da ONU. As agências humanitárias também buscam financiamento regular para 2016 com o objetivo de prover assistência a 7,3 milhões de iraquianos.



No entanto, até o momento, menos de 20% do apelo por recursos e apenas 53% dos 861 milhões de dólares necessários para operações em andamento de parceiros humanitários foram recebidos.

O comunicado também afirmou que a ONU está profundamente preocupada com informações de valas com corpos de milhares de civis em áreas anteriormente controladas pelo Estado Islâmico.

De acordo com o OCHA, a crise no Iraque é uma das maiores e mais complexas do mundo. Mais de 10 milhões de iraquianos necessitam atualmente de alguma forma de assistência humanitária, incluindo 3,4 milhões de civis deslocados internamente, alguns pela segunda ou terceira vez.

**Assunto: Criança Segura lança análise sobre o perfil dos acidentes com crianças no Brasil nos últimos 15 anos**

**Fonte: Rede Nacional Primeira Infância**

**Data: 01/09/2016**



Em agosto de 2016, a Criança Segura completou 15 anos de trabalho para a prevenção de acidentes com crianças e adolescentes de até 14 anos no Brasil. Para celebrar esse marco, a organização lançou, no dia 30 de agosto (Dia Nacional de Prevenção de Acidentes), a publicação “15 anos de atuação da Criança Segura no Brasil: Análise de indicadores de mortes e internações por acidentes na infância e adolescência desde 2001”.

O material apresenta o perfil das mortes e internações por acidentes que acontecem com crianças e adolescentes no Brasil por meio de vários recortes – por gênero, faixa etária, raça, tipo de acidente e renda per capita estadual. As análises sobre os óbitos são referentes ao período de 2001 a 2014 e, para hospitalizações, de 2008 a 2015.

No Brasil, os acidentes são a principal causa de morte de crianças e adolescentes de até 14 anos. Em números absolutos, de 2001 a 2014, o número de óbitos acidentais de meninos e meninas dessa faixa etária diminuiu 31% no país, passando de 6.190 em 2001 para 4.316 em 2014. Já em relação à taxa por 100 mil habitantes de zero a 14 anos, tivemos uma redução de 12,32 mortes em 2001 para 9,40 mortes em 2014, o que representa uma queda de 23,67% na taxa de óbitos infantis por 100 mil habitantes por acidentes no período analisado.

Por outro lado, de 2008 a 2015, o número de internações de crianças e adolescentes por motivos acidentais aumentou 8%, passando de 110.587 para 119.923.

“Analisar a evolução do perfil dos acidentes com crianças e adolescentes desde o ano da fundação da Criança Segura até os dias atuais é um exercício muito importante. A partir dessas análises podemos verificar quais ações de políticas públicas e de informação têm sido

bem sucedidas e quais áreas precisam de mais atenção do governo e da sociedade daqui para frente”, explica Gabriela Guida de Freitas, coordenadora nacional da Criança Segura.

Para saber mais sobre o assunto, leia a íntegra da publicação “15 anos de atuação da Criança Segura no Brasil: Análise de indicadores de mortes e internações por acidentes na infância e adolescência desde 2001”.

Confira abaixo alguns dos destaques da publicação:

### **Análise dos dados por renda per capita estadual:**

Com base na redução de 23,67% observada na taxa de mortes por 100 mil habitantes de zero a 14 anos, podemos notar que 15 estados brasileiros apresentaram taxas menores do que a média nacional (são eles: Ceará, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Rondônia, Sergipe, Rio de Janeiro, Amazonas, Paraíba, Bahia, Piauí, Acre, Amapá, Pará e Maranhão).

Em geral, observamos que a renda per capita está relacionada ao desempenho na redução de óbitos por acidentes na infância. Algumas exceções foram identificadas, como Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro, que têm rendas per capita acima da média brasileira e reduziram acidentes fatais em uma velocidade menor que média. E também Roraima, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas, que têm renda per capita abaixo da média brasileira e, ainda assim, reduziram mais que a média as mortes de crianças e adolescentes por acidente.

Em relação às internações, que aumentou 8% de 2008 a 2015, 12 estados apresentaram aumento acima da média nacional (Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Amapá, Paraná, Amazonas, Roraima, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso, Maranhão e Rondônia). Entretanto, nesse caso não encontramos relação significativa entre a renda per capita do estado e o desempenho apresentado no indicador.

### **Análise dos dados por tipo de acidentes:**

Mortes devido a acidentes no trânsito (-34%) e afogamentos (-32%) apresentaram desempenho parecido com a média de redução de 31% os acidentes fatais. Já sufocação e intoxicação apresentaram aumento de 7% e 1% respectivamente ao invés de mostrar redução como as outras causas. Com avanço acima da média estão os óbitos por quedas, queimaduras e mortes por armas de fogo, com reduções bem significativas, de 39%, 41% e 54% respectivamente.

Para as internações, os casos por queimaduras aumentaram 37%, bem mais que a média de 8%. Por outro lado, as hospitalizações por afogamentos apresentaram redução de 47%. Trânsito e a categoria outros tiveram aumento de 19% de internação no período observado e, por sua vez, quedas, sufocação e intoxicação apresentaram reduções respectivamente de 3%, 1% e 20%.

### **Análise dos dados por faixa etária:**

No período de 2001 a 2014, para os menores de um ano, houve aumento de 2% nos óbitos por acidentes. Já a faixa de cinco a nove anos teve desempenho acima da média, com uma queda de 43% nas mortes por acidentes. As faixas etárias de um a quatro anos e 10 a 14 anos tiveram comportamento parecido com a média de 31% de redução em números absolutos.

Para internações, as faixas etárias de menor de um ano e de um a quatro anos apresentaram aumento bem superior a média de 8%, com respectivamente 22% e 23%. Já a faixa etária de cinco a nove anos apresentou quase nenhum aumento no intervalo de tempo analisado (1%), estando abaixo da média geral. A faixa etária de 10 a 14 anos se manteve próxima à média, com aumento de 7%.

### **Análise por gênero:**

Nos últimos anos, tem se mantido a mesma proporção de óbitos entre os sexos masculinos e femininos, sendo que em 2001 houve 65% de mortes de meninos para 35% de mortes de meninas e, em 2014, apresentou-se uma pequena variação de 2% de redução da representatividade do sexo masculino e 2% de aumento da participação do sexo feminino nesse indicador. Para mortes por queda, arma de fogo e afogamento, as mortes de meninos são superiores a 65% do total, com índices de 70%, 70% e 86% respectivamente. Já para intoxicação e sufocação, as mortes de meninas, mesmo que ainda menores que a dos meninos, apresentam taxas maiores que 35%, com 46% e 43% respectivamente dos casos totais.

Para as internações, a diferença é até maior entre os gêneros, em média 69% das hospitalizações são de meninos e 31% de meninas, com pouca variação ao longo dos anos.

### **Análise por raça:**

Ao observar a distribuição racial que temos no país, podemos perceber que, proporcionalmente, há mais óbitos infantis por acidente entre negros do que em relação à outras raças, uma vez que eles representam 50,9% da população brasileira, mas correspondem a 57,7% dos óbitos. Já os brancos são 47,5% da população brasileira e detém 37,3% dos óbitos.

Ainda olhando para a mortalidade por acidentes até 14 anos, a série histórica desse indicador nos mostra que a incidência de mortes entre os negros aumentou ao longo do tempo. Enquanto 41,2% dos óbitos eram de pessoas negras em 2001, em 2014 esse índice passou a ser de 57,7%. Já para os brancos, em 2001, 47,7% dos óbitos eram dessa raça e, em 2014, esse número diminuiu para 37,7%.

O fenômeno da discrepância em relação à proporção populacional de raças acontece também quando olhamos as internações de 2008 a 2015. Enquanto 26,8% das internações de crianças e adolescentes até 14 anos em 2008 eram de negros, em 2015 esse número subiu para 40,1%.